

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Maria Izabel Machado
(Organizadora)



SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Maria Izabel Machado
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologia: das ausências às emergências 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-471-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.716212009>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).
II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: das ausências às emergências 2* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, desde o olhar sociológico. Figurando como jovem ciência em comparação com outros campos do saber, a sociologia nos permite lançar o olhar sobre temas ausentes e emergentes em diversos contextos.

Os capítulos que seguem estão organizados por proximidade temática respeitando as especificidades próprias desse campo do saber: o olhar empírico, a busca de explicações e, por que não, a busca de alternativas.

Tensões sociais em torno da demanda por transformações, bem como as forças conservadoras são trazidas no conjunto inicial de trabalhos que abrem a obra: movimentos sociais, novos atores e agentes e as disputas acerca do território, das fronteiras e das possibilidades de existências outras.

Na segunda parte chamam a atenção capítulos sobre o ameaçado direito ao trabalho e de livre circulação. Frente a isso se coloca a questão: como oferecer uma educação integradora, capaz de superar dualismos?

O terceiro e último bloco traz contribuições significativas acerca do campo educacional em interface com outras áreas como a saúde e a religião. AS questões sobre território, diferenças étnicas e sistema escolar nos convidam a pensar formas outras de produção e validação de saberes.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
COMUNICACIÓN, ORGANIZACIÓN, IDENTIDAD E IDEOLOGÍA: CATEGORÍAS DE ANÁLISIS DE UN MOVIMIENTO URBANO POPULAR	
Félix Leonardo Pérez Verdugo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120091	
CAPÍTULO 2	21
INTERAÇÕES ENTRE PRÁTICAS POLÍTICAS E ORDENS ESTATAIS: A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE CANNABIS NO EQUADOR	
Andrés Fernando Rodríguez Mera	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120092	
CAPÍTULO 3	33
MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL CAMPO MEXICANO 1940 A LA FECHA. DE LA LUCHA CONTRA LA HACIENDAS A LA LUCHA CONTRA EL EXTRACTIVISMO	
Armando Sánchez Albarrán	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120093	
CAPÍTULO 4	58
O TRABALHADOR E OS ILEGALISMOS NA FRONTEIRA ENTRE PEDRO JUAN CABALLERO E PONTA PORÃ	
Maurílio de Sousa Júnior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120094	
CAPÍTULO 5	70
O CARÁTER INTEGRAL NO CURSO INTEGRADO DO IFSP - SÃO CARLOS	
Karoline Emanuelle Galli Fonseca	
Carlos Eduardo Guimarães	
Marcelo de Godoy Domingues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120095	
CAPÍTULO 6	78
PROJETO SOLIDARIEDADE: CENTRO OPERACIONAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – COMSE	
Victoria Isabella Nakaba Soster	
Nicole Hortmann Bet	
Juliana Grebos	
Andressa Francine Paes Ribeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120096	
CAPÍTULO 7	90
SEM TERRITÓRIO, SEM EDUCAÇÃO: A POLÍTICA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
Evelyn de Souza Santiago Candido da Silva	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120097>

CAPÍTULO 8..... 99

O ROCK ENQUANTO PROPOSTA PEDAGÓGICA INOVADORA

Marcos Roberto Mesquita

Gabriel Schmitt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120098>

CAPÍTULO 9..... 113

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFSSIONALIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiberger

Dreone Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120099>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 121

ÍNDICE REMISSIVO..... 122

CAPÍTULO 1

COMUNICACIÓN, ORGANIZACIÓN, IDENTIDAD E IDEOLOGÍA: CATEGORÍAS DE ANÁLISIS DE UN MOVIMIENTO URBANO POPULAR

Data de aceite: 01/09/2021

Félix Leonardo Pérez Verdugo

Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez
Asesor académico de la Universidad Pedagógica Nacional del Estado de Chihuahua
Imparte el curso de Movimientos Sociales Locales entre otros cursos sobre educación e investigación

RESUMEN: El principal sustento de este texto es el trabajo de investigación doctoral realizado por el autor en el campo de las ciencias sociales. La investigación consiste en el análisis de un movimiento urbano popular mediante las categorías de comunicación, organización, identidad e ideología. Cada uno de los capítulos que aquí se presenta, tiene como propósito aportar al lector la información necesaria sobre los antecedentes, el contexto y la fundamentación teórica. Los elementos ahí contenidos se van *trenzando* con la narrativa de los sujetos entrevistados y se conducen con las categorías implicadas para lograr una aproximación a la manera como el sujeto social de esta acción colectiva se construye culturalmente.

PALABRAS CLAVE: Acción colectiva, movimiento urbano popular, transujeto, endosinósis, comunicación, organización, identidad, ideología.

COMUNICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, IDENTIDADE E IDEOLOGIA: CATEGORIAS DE ANÁLISE DE UM MOVIMENTO URBANO POPULAR

RESUMO: O principal suporte deste texto é o trabalho de pesquisa de doutorado desenvolvido pelo autor no campo das ciências sociais. A pesquisa consiste na análise de um movimento urbano popular por meio das categorias comunicação, organização, identidade e ideologia. Cada um dos capítulos apresentados aqui tem como objetivo fornecer ao leitor as informações necessárias sobre a base, o contexto e a base teórica. Os elementos nela contidos se entrelaçam com a narrativa dos sujeitos entrevistados e conduzem as categorias envolvidas a uma aproximação do modo como o sujeito social dessa ação coletiva é culturalmente construído.

COMMUNICATION, ORGANIZATION, IDENTITY AND IDEOLOGY: CATEGORIES OF ANALYSIS OF A POPULAR URBAN MOVEMENT

ABSTRACT: The main support of this text is the doctoral research work developed by the author in the field of social sciences. The research consists of the analysis of a popular urban movement through the categories of communication, organization, identity and ideology. Each of the chapters presented here aims to provide the reader with the necessary information about the background, context and theoretical basis. The elements contained in it intertwine with the narrative of the interviewed subjects and lead the categories involved to an approximation of how

the social subject of this collective action is culturally constructed.

1 | INTRODUCCIÓN

Los movimientos sociales entendidos como acción colectiva, se han abordado desde diversas perspectivas de estudio, disciplinas y orientaciones ya sea de carácter económico, social o político. La orientación más recurrente ha sido esta última, sin embargo, aun con una centralidad definida, los tres aspectos resultan ser inseparables, y no sólo eso, sino que en la dinámica de la acción colectiva, se encuentran necesariamente vinculados a la dimensión cultural en tanto que ésta constituye un elemento inherente al movimiento social. Es por eso que lo cultural es en algunos casos, el aspecto central de estudio sobre este tipo de acción colectiva. El presente estudio, se ubica en esta perspectiva, ya que corresponde a un análisis cultural sobre la construcción del sujeto social del movimiento de asentamientos urbanos forzados (basados en prácticas de “paracaidismo” o invasión de terrenos), cuya organización se origina y se mantiene en el Comité de Defensa Popular (CDP).

El enfoque cualitativo, define el carácter metodológico de la investigación realizada y de los recursos instrumentales que le caracterizan: entrevistas personales y grupales e historias de vida. El trabajo no se reduce, sin embargo, a una modalidad específica de investigación, sino que sigue la lógica del pensamiento complejo, guiado por las categorías de análisis como conceptos ordenadores y procurando las articulaciones teóricas, conceptuales e interpretativas.

2 | GÉNESIS DE UN MOVIMIENTO

Este movimiento caracterizado como urbano popular (MUP), se originó en la ciudad de Chihuahua en 1972 como un movimiento político integrado por diversas organizaciones que conformaron un frente amplio y de presión en contra de la política del gobierno y para exigir el esclarecimiento de lo que se consideraba por las diversas organizaciones crímenes cometidos por el estado. En poco tiempo el movimiento se expande a diferentes poblaciones del estado, principalmente a Ciudad Juárez, donde adquiere una fuerte presencia política y social. Sin embargo, ante la carencia de una estructura definida y un programa consensuado política e ideológicamente, el movimiento adquiere otra orientación, caracterizándose como movimiento urbano popular encauzado a la adquisición forzada de terrenos para vivienda y acciones de presión política para la adquisición de servicios públicos. Esto durante las décadas de los setenta, los ochenta y la primera mitad de los años noventa. el CDP como popular e históricamente se le conoce a este movimiento, también participó en acciones políticas de apoyo solidario a obreros, choferes de camiones urbanos, sindicatos, movimientos estudiantiles, etc., acciones que no sólo le fortalecieron en cuanto

su vinculación con otras organizaciones y su propósito de sostenerse políticamente como un frente amplio de lucha, sino en cierta medida corresponden a la orientación fundante del movimiento, que en su origen se constituye como una organización frentista en la que se encuentran integradas diversas organizaciones de base, principalmente de trabajadores, estudiantes y colonos. Esta organización, el CDP, como refiere Lau (1991) surge el 28 de enero de 1972 durante la acción colectiva desarrollada como mitin en la Plaza de Armas de la ciudad de Chihuahua. El objetivo era exigir el esclarecimiento del asesinato cometido por el Gobierno del Estado en contra de tres líderes radicales de izquierda a quienes, según sospechas de los miembros de las mismas organizaciones, les habían aplicado la “ley fuga”. El CDP se propone además conformar cuadros políticos e ideológicos en todo el estado para apoyar las luchas sociales por la defensa de los derechos populares. Lau (1991) menciona que las organizaciones incorporadas en este frente de tendencia izquierda, eran la Colonia Francisco Villa de la ciudad de Chihuahua, el Movimiento Sindical Ferrocarrilero de la Sección 5 del STFRM, el Sindicato de Trabajadores y Empleados de la Universidad Autónoma de Chihuahua (UACH), el Sindicato de Aceros de Chihuahua, los electricistas de la Sección 25 del STERM, el Frente Auténtico del Trabajo (FAT), el Movimiento Revolucionario del Magisterio y el Consejo Estudiantil de Lucha de la UACH.

El movimiento de apoyo a las luchas sociales y por la defensa de los derechos populares encabezado por el CDP, tuvo con el tiempo, marcadas diferencias y diversas fracturas internas como organización frentista, lo que origina que derivara principalmente en el movimiento urbano popular de asentamientos urbanos forzados que tuvo lugar tanto en la ciudad de Chihuahua como en Ciudad Juárez.

3 | LA PERSPECTIVA CULTURAL DEL MOVIMIENTO COMO ACCIÓN COLECTIVA

El estudio cultural sobre la construcción del sujeto social de este movimiento urbano popular se ha centrado en la parte desarrollada en Ciudad Juárez.

Es importante aclarar que la organización y el movimiento social, son dos conceptos que aparecen vinculados en una acción colectiva, pero no deben confundirse, pues no toda organización se orienta a una acción colectiva, pero toda acción colectiva precisa de un cierto nivel de organización. En este caso se entiende que el CDP como organización si toma la forma de un movimiento social en cuanto que surge en el momento de la acción colectiva.

4 | AUTORES, LINEAS TEÓRICAS Y ENFOQUES

Ante el problema de intentar comprender cómo se construye el sujeto social del movimiento desde una perspectiva cultural, así como lograr en este sentido, una mayor aproximación al conocimiento de los procesos socioculturales que tuvieron lugar en el

movimiento cedequista de Ciudad Juárez, fue necesario documentar e interpretar este fenómeno social a la luz de las teorías actuales sobre la acción colectiva y los movimientos sociales, para ello se llevó a cabo una amplia pero inacabada revisión del estado del arte y por tanto de diversas aportaciones teóricas sobre este tema.

La extensa literatura que se ha producido sobre los movimientos sociales da cuenta de la importancia que tiene su estudio, especialmente en el ámbito de las ciencias sociales. Las diferentes líneas teóricas que actualmente existen sobre los movimientos sociales han pasado a formar parte de los enfoques conocidos como Interaccionismo, Funcionalismo, Elección racional, Movilización de recursos, Constructivismo y Socioconstruccionismo, Accionalismo, Marxismo y Nuevos Movimientos Sociales.

Entre los autores que durante las décadas de los setenta, los ochenta y principios de los noventa figuran por la influencia de sus aportaciones sobre lo cultural de los movimientos sociales son Charles Tilly, Sidney Tarrow, David Snow, Robert Benford, Alessandro Pizzorno, Alain Touraine y Alberto Melucci, quienes desarrollan aspectos tales como los vínculos de la acción colectiva y el sistema político, la violencia colectiva y la movilización de recursos (Tilly y Tarrow), la dimensión cultural y los marcos de significación de la acción colectiva (Snow, Benford, Tarrow), la identidad colectiva y los procesos de activación de las relaciones sociales de los actores (Pizzorno, Snow, Benford, Melucci). Los autores más representativos por su insistencia en la orientación cultural y la relevancia en sus aportaciones referidas a la construcción de la acción colectiva y el sujeto social son Alain Touraine y Alberto Melucci. Otras tendencias teóricas que surgen durante los setenta e inciden en lo cultural de los movimientos sociales contextualizados en la globalización y lo urbano, tienen como principales representantes a Anthony Giddens y Manuel Castells.

Sin menospreciar las aportaciones hechas por los diferentes autores que han enriquecido el estudio de los movimientos sociales, debo destacar en lo concerniente al presente estudio, la *teoría de la acción comunicativa* de J. Habermas, no obstante su escasa referencia a este tema; también han sido significativas las concepciones que desde la dimensión cultural ofrecen Alberto Melucci y Alain Touraine sobre movimientos sociales y acción colectiva; en cuanto al movimiento urbano popular son indispensables las aportaciones de Manuel Castells y Juan M. Ramírez Sáiz.

Castells (1983), en sus primeras contribuciones destaca la presencia de los Movimientos Sociales Urbanos (MSU), los cuales adquieren una posición significativa por la relación que establecen con el consumo colectivo, la articulación integral y localista de los procesos económicos, culturales y políticos, así como la vinculación de estos procesos con la globalización. Para Castells, los Movimientos Sociales Urbanos son aquellos que “imponen un nuevo significado urbano en contradicción con el significado urbano institucionalizado y contra los intereses de la clase dominante” (p. 409).

Por otro lado, el estudio de los movimientos sociales urbanos en América Latina, y principalmente en México, ha tenido una importante representación en Juan M. Ramírez

Sáiz, este investigador se ha orientado a los movimientos urbanos populares (MUP), quien los define como “aquellos movimientos que hayan logrado una organización y estabilidad internas, manteniendo su autonomía respecto del Estado y la burguesía” (Ramírez Sáiz, 1986: 28). No obstante, las rupturas y continuidades que forman parte de la historia del Movimiento de Asentamientos Urbanos Forzados del CDP, es en esta concepción que ofrece Ramírez Sáiz de Movimiento Urbano Popular, donde mejor ubicación encuentra.

5 | LAS CATEGORÍAS DE ANÁLISIS

La búsqueda teórica conceptual, la recurrencia tanto a la historia documentada, como a entrevistas personales y grupales realizadas a quienes formaron parte de las bases del movimiento, más el acercamiento que personalmente había tenido con este movimiento y su organización en los años 80, fue la ruta que permitió identificar cuatro procesos que ocupan el lugar de categorías de análisis, tales procesos son: *comunicación, organización, identidad e ideología*. Con base en esta referencia conceptual ha sido posible aventurarse a plantear que en toda acción colectiva tipificada como movimiento social subsisten por lo menos estas cuatro categorías o procesos básicos. A través de estas categorías podemos analizar histórica y culturalmente una acción colectiva, en este caso, el movimiento urbano popular del CDP.

La fundamentación teórica se construye en relación con las categorías conceptuales mencionadas, en ésta, se plantea la inserción y trayectoria del sujeto en la acción colectiva, con base en la teoría de la acción comunicativa de J. Habermas, así como la interpretación sobre la manera como se conforman y vinculan los procesos culturales en esa trayectoria desde las narrativas de los propios sujetos, es decir cómo se construyen dentro de la acción colectiva, sus identidades, sus roles en la organización, el sentido de su participación, sus imaginarios y referentes ideológicos.

En este estudio las categorías de *actor social* y *sujeto social* tienen el mismo significado, esto con el propósito de evitar confusiones o interpretaciones descontextualizadas. De tal manera que se respetan las preferencias categóricas de los autores, sin que esto afecte el sentido que aquí damos al concepto de *sujeto social*. Al respecto, considero pertinente mencionar la advertencia que hace Castells (2001) sobre las categorías de “sujeto” y “actor social”: “los sujetos no son individuos, aun cuando estén compuestos por individuos, son el actor social colectivo mediante el cual los individuos alcanzan un sentido holístico en su experiencia” (p. 32). Con base en este señalamiento de Castells, que establece tanto la relación como la diferencia entre “sujeto” e “individuo”, debo aclarar que en este estudio utilizo la categoría de sujeto social como la concibe Castells, pero a diferencia de él, incorporo las categorías de “transujeto” y “sujeto” para poder acceder a la construcción del sujeto social de la acción colectiva. Estas categorías expresan dos dimensiones del sujeto social: el sujeto como individuo, que aún no se construye (transujeto) como parte del sujeto

social de la acción colectiva y el sujeto construido que representa a “los sujetos”, como elementos constituyentes, es decir el sujeto social, de la acción colectiva.

El doble juego entre lo individual y lo social del sujeto, representa una referencia clave para comprender el tránsito de éste, de un contexto cultural a otro, en el supuesto de que es en esos contextos donde tienen lugar las adquisiciones identitarias y donde lo individual se entiende en los términos que expone Giménez (2003):

La identidad es siempre la identidad de determinados actores sociales que en sentido propio sólo son los actores individuales, ya que estos últimos son los únicos que poseen conciencia, memoria y psicología propias. Pero ello no obsta a que el concepto de identidad se aplique también, analógicamente, a grupos y colectivos carentes de conciencia propia porque constituyen más bien “sistemas de acción” (p. 9).

Mediante el conocimiento del proceso histórico que tuvo el movimiento cedequista desde su origen hasta su transformación en un partido político (Partido del Trabajo), así como del uso de instrumentos metodológicos como la entrevista, se busca lograr una descripción de la trayectoria del sujeto y una interpretación de su proceso de construcción a partir del momento en que establece el primer contacto con la acción colectiva, la cual, corresponde como ya se ha mencionado a un movimiento urbano popular. Esta trayectoria descriptiva e interpretativa, inicia con la incorporación de transujetos a la acción colectiva, cuya construcción cultural implicará variantes ideológicas e identitarias, en relación a la *illusio* (concepto utilizado por Bordieu para referir el interés por participar en algo) y los imaginarios de los sujetos. Esto, es uno de los aspectos que se refleja en el análisis realizado, y en el contexto histórico del movimiento. Un movimiento que surge en el México de los setentas, aún convulsionado por las crisis económicas y el desempleo; las políticas represivas del Estado; las manifestaciones de rebeldía de diversos sectores de la sociedad; los grandes desplazamientos migratorios nacionales, que incluyen el retorno de miles de mexicanos provenientes de los Estados Unidos por la terminación del programa bracero y los problemas sociales relacionados con la falta de vivienda y servicios urbanos en una ciudad fronteriza que crece aceleradamente.

6 | SUJETOS Y TRANSUJETO

La construcción del sujeto social del Movimiento de Expansión de Asentamientos Urbanos Forzados del Comité de Defensa Popular se entiende como la manera en que el *transujeto* que ingresa a la acción colectiva, va adquiriendo progresivamente su condición cultural hasta conformarse en el sujeto social, es decir, su adaptación a los diferentes aspectos sobre las formas de interrelacionarse, comunicarse, organizarse y establecer afinidades ideológicas y de identidad, toda vez que la acción colectiva se asume como un sistema abierto de procesos culturales que vive e interioriza el sujeto. Dichos procesos conforman una red de elementos o componentes en permanente dinámica,

tales como significados, símbolos, lenguajes, formas de integración, trabajo, referentes identitarios, ideológicos e imaginarios vinculados sistemáticamente en mayor o menor cantidad, cada uno de ellos influye al otro o los otros elementos, dependiendo de la actividad o acontecimiento que viva el sujeto. Los procesos se vinculan entre sí a través de estos componentes y ocasionalmente podrán estar todos los procesos impactando e interiorizándose culturalmente en el sujeto. En este sentido, el sujeto social, es el sujeto construido como un *nosotros* en la acción colectiva, gracias a la interiorización de los diferentes componentes de los procesos culturales. El sujeto social construye a su vez la acción colectiva, mediante las orientaciones culturales adquiridas.

En el desarrollo histórico del movimiento cedequista, se puede afirmar que tanto esta acción colectiva como el sujeto social presentan dos fases en su proceso de construcción, la primera se encuentra en el origen de la acción, cuando se establece su razón fundante. Es en esta fase cuando el sujeto social se construye simultáneamente con la acción. Los sujetos se comunican, coinciden en sus imaginarios y encuentran afinidades identitarias e ideológicas, se organizan y deciden entonces emprender la acción colectiva con base en la existencia de las dimensiones que menciona Melucci: solidaridad, conflicto y trasgresión de los límites de un sistema en que ocurre la acción.

La segunda fase corresponde a la incorporación de nuevos sujetos a la acción colectiva, donde interiorizan los componentes culturales que forman parte de los procesos que fluyen en el entorno generado por la acción y mediante los cuales se construye como sujeto social, este último entendido como una construcción de la experiencia social. Su proceso de construcción dentro de esa acción inicia con el primer enlace, el cual, se presenta de maneras diferentes, según sea el medio de interpelación.

Los simbolismos, los hechos significativos que daban cuenta del movimiento cedequista se incorporan al paisaje urbano en diversos puntos de la ciudad. Quienes formaron parte de este movimiento durante los años setenta y los ochenta recuerdan algunos hechos relacionados con la manera como se establecía la conexión o el primer contacto con el CDP. Al respecto María comenta:

la gente nos enterábamos de que podíamos conseguir terrenos, por medio de los mítines, actividades que a veces se hacían para lograr sacar para la gasolina donde nos movían porque había un camión que nos lleva de un lado a otro, que las comisiones, pa' todo teníamos que sacar dinero de donde pudiéramos, teníamos actividades, hacíamos kermeses. Y la gente se enteraba por medio de que nos veían que andábamos por las calles.

Por su parte Santiago relata:

empecé a ir a unas juntas al PRI, que eran allá en la Primero de Mayo y un día, andando por ahí caminando, salí por una calle y llegué a una colonia que se llamaba 23 de septiembre, ahí vimos una reunión que había en un local y pos empezamos a preguntar que si ahí vendían terrenos...

Las orientaciones semióticas generalmente aparecen en los relatos como referencias

de lugares, objetos, íconos o expresiones que poseen determinada carga significativa relacionada con la acción colectiva.

Santiago inicia su incursión a un sistema político e ideológico poco familiarizado para él, quien no sólo no tenía interés por pertenecer a algún partido político, tampoco había participado antes en una acción colectiva. "...nunca me había metido a ningún movimiento político, estamos hablando de hace 20 años ya, yo tenía como 22 o 23 años".

Santiago en su narrativa no se refiere a lo que para él significaban los nombres de las colonias, simplemente se entera de la existencia del CDP casualmente, nadie le informó, nadie le dijo que acudiera ese día a esa colonia y a esa reunión, así aconteció su primer contacto con esta organización:

...ahí vimos una reunión que había en un local y pos empezamos a preguntar que si ahí vendían terrenos...

La incorporación de nuevos sujetos a la acción colectiva no sólo la mantienen vigente, sino que la nutren en su representación e identidad colectiva reactivando la movilización de recursos y los procesos culturales que la conforman, en el entendido de que una acción colectiva no es un producto social acabado sino en constante construcción y que el sujeto social no sólo es la suma de los sujetos que participan en ella, es decir una agrupación de personas, sino la manera como se comparte una experiencia e identidad colectivas, así como las diversas estrategias organizativas encaminadas a un objetivo común.

Touraine (1993) afirma que un movimiento social "es el objetivo de orientaciones culturales a través de las relaciones de poder y de las relaciones de desigualdad" (p.312).

En este sentido, el movimiento social conformado por sujetos que encuentran elementos identitarios afines y vínculos de solidaridad desde la posición que ocupan en las relaciones sociales, se orienta a formas de comunicación y organización para transformar los sistemas culturales dominantes.

En cuanto a la construcción de la identidad en el sujeto social, Melucci (En Chihu Amparán y López Gallegos, 2007: 143) refiere que ésta se resuelve mediante un proceso que consta de tres elementos:

a). La permanencia de una serie de características a través del tiempo; b). La delimitación del sujeto respecto de otros sujetos, y c). La capacidad de reconocer y de ser reconocido.

En este sentido, se reconoce el movimiento social como una acción colectiva prolongada, lo cual implica que los rasgos de identidad se afiancen en el sujeto que se construye socialmente, tales rasgos son compartidos al interior del movimiento donde se define un lenguaje propio y simbolismos comunes, de tal manera que el sujeto social se ve representado en cada sujeto (individual), que se diferencia de otros sujetos no pertenecientes al movimiento y se le identifica por su lugar dentro de ese espacio político y de organización sociocultural.

7 | ENDOSINÓISIS DE LA ACCIÓN COLECTIVA

Pues bien, es en este marco referencial sobre los movimientos sociales, la acción colectiva y el sujeto social donde se revelan los procesos de comunicación, organización, identidad e ideología, que para efectos de análisis en esta perspectiva se traducen como categorías culturales y resultan tanto teórica como empíricamente componentes indivisibles de la acción colectiva y por tanto de la construcción del sujeto social. No obstante que cada uno de estos componentes, conforman conceptos independientes desarrollados por diversos enfoques de estudio, en esta simbiosis procesual, constituyen los ejes para la descripción e interpretación de la construcción cultural del sujeto social en el movimiento de asentamientos urbanos forzados del Comité de Defensa Popular, entendido como una forma de acción colectiva. La cual, en términos de Melucci constituye un sistema de acción multipolar de oportunidades y restricciones. En el replanteamiento sobre esta concepción de Melucci, se ha construido el concepto *endosinóisis*, donde las categorías son procesos vinculados entre sí, que fluyen en la acción colectiva entendido como un sistema abierto conectado con su entorno.

En los casos de la comunicación y la organización podemos referirnos a extensos campos apoyados en diversas disciplinas, como las ciencias de la comunicación o las diversas teorías que dan lugar a la organización entendida como una ciencia, cuando no se le refiere como *sistema organizacional*. Al respecto, Rodríguez Mancilla (2004) señala lo siguiente:

El estudio científico de las formas organizacionales comienza a principios del presente siglo, aunque el origen de la investigación práctico-normativa acerca de cómo construir formas más eficientes de organización puede ser remontado a siglos anteriores y se encuentra referido a clases específicas de organización, tales como el ejército, la burocracia estatal, los hospitales, las organizaciones religiosas, etc. (p. 23).

Y para organizarse, la humanidad ha requerido de la comunicación, este complejo fenómeno que, por ser indispensable para vivir en sociedad, constituye una de las áreas de estudio que de una u otra manera está presente en las diferentes disciplinas de conocimiento, especialmente en las que forman parte de las ciencias sociales.

8 | COMUNICACIÓN

Entendemos la comunicación como un proceso humano que se manifiesta de diferentes maneras en la relación acción colectiva-construcción del sujeto social, de tal forma que en ocasiones aparece como una representación semiótica, pero por lo general se presenta como una relación interpersonal en donde tiene lugar el lenguaje verbal y no verbal, la comunicación se entiende así como el diálogo que se produce entre los sujetos, cargado de significados y sentidos. Este proceso comunicativo, se logra gracias a la intersubjetividad, asumida por Freire (1983) como el *enfrentamiento*, la *dialectización* y la

promoción de las conciencias. (p.101).

En este sentido, es en los encuentros cara a cara donde se produce la comunicación interpersonal, la cual, adquiere múltiples formas de expresión que se traducen como signos con carga semántica (por el sentido de las palabras), kinésica (por los gestos, las posturas y ademanes), paralingüística (por el tono y el énfasis de la voz), y proxémicas (por la distancia que se establece entre los hablantes). Espino del Castillo (2007) refiere por otro lado, que “en el diálogo se tocan las fronteras de un tema puesto en común precisamente por el cambio de los sujetos discursivos considerándose así esta relación como sujetal y, por tanto, de comprensión de subjetividades” (p. 43). Por su parte Rizo (2007), con base en la perspectiva de Schütz, establece que para que existan los sujetos sociales es necesaria la interacción, en el entendido de que ésta es indispensable para “la construcción de sentidos compartidos sobre la realidad social”. En cuanto a la relación que existe entre la comunicación y la intersubjetividad Rizo (2007) plantea lo siguiente:

Todas las acciones sociales conllevan comunicación, y toda comunicación se basa necesariamente en actos ejecutivos para comunicarse con otros; por lo tanto, los sujetos deben llevar a cabo actos manifiestos en el mundo externo que se supongan interpretados por los otros como signos de lo que quieren transmitir... el mundo de la vida es intersubjetivo porque en él viven sujetos entre sujetos, vinculados entre ellos, con valores comunes y procesos de interpretación conjunta. También es un mundo cultural, en el sentido que se constituye como un universo de significación para los sujetos, es decir, en una textura de sentido que los sujetos deben interpretar para orientarse y conducirse en él. Esta textura de sentido se origina en acciones humanas, y ha sido instituida por ellas. (s/p).

En el contexto de la intersubjetividad se producen los procesos de comunicación interpersonal y donde los sujetos interaccionan mediante el uso del lenguaje verbal y no verbal. Estos procesos permiten acceder al intercambio de significados y sentidos que cada uno tiene del mundo, lo cual va más allá de un intercambio de información, de tal manera que la interacción dialógica que se produce entre los sujetos les provee de referentes culturales e identitarios compartidos, los cuales configuran el carácter ideológico que da lugar a la construcción del sujeto social de la acción colectiva.

En cuanto a la producción de signos o símbolos que corresponden al campo de la semiótica, la comunicación pasa a un plano diferente, al respecto Vidales (2009) refiere sobre la semiótica lo siguiente:

...describe procesos de comunicación no en términos de intercambio de mensajes, sino en términos de producción de sentido, de acción de los signos, de semiósis, de procesos de producción de significado, de sistemas de significación, de procesos culturales o intercambios simbólicos, todo lo cual parece expandir el espacio de pertinencia no sólo del objeto “comunicación” sino de su naturaleza ontológica, epistemológica y fenoménica (p. 39).

En este sentido, la semiótica entendida como una parte de los estudios de la comunicación abre la posibilidad de ubicar a los objetos, las situaciones o los acontecimientos

sociales y culturales como productores de significado. Con base en este planteamiento, el proceso de comunicación sucede dentro del sujeto receptor a partir de una interpelación simbólica producida por un determinado objeto. El objeto forma parte del *mundo de la vida* del sujeto receptor y por tanto de sus representaciones culturales. Estamos entonces ante un proceso de *semiósisis*, que para Peirce (1965) es el proceso en el que algo funciona como signo, siempre y cuando se dé la referencia a un objeto y la mediación de un interpretante en esta referencia.

La posibilidad de interpretar el significado (signo o *representamen*) de un objeto o una situación particular, tal como podría ser una reunión de los habitantes en una colonia urbana periférica, requiere de un intérprete capaz de establecer la relación de esa reunión (interpretante) con un referente cultural. La reunión en sí misma, posee tantos significados como referentes interiorizados en el intérprete.

La comunicación humana en este estudio, se orienta al pensamiento complejo sintetizado en la obra de E. Morín y planteada por Ballesteros (2011: 4-6) como un sistema fonémico, gramatical, no-verbal, en una relación de solidaridad e interdependencia que destaca el significado como *categoría esencial* de las ciencias de la comunicación, y el lenguaje como una forma de cultura. El ser humano en sus procesos comunicativos se vale no sólo del lenguaje verbal, sino que éste último, se organiza, coestructura y se torna coexpresivo con los sistemas semióticos, lo cual da lugar a los significados pretendidos o interpretados. Estamos entonces frente a una semiótica del cuerpo, la interpretación se lleva a efecto con base en la experiencia que ha sido aprendida por el sujeto y se resuelve mediante la representación cultural de los signos. Algo similar sucede con los objetos y las situaciones sociales, Losada (2001) en sus aproximaciones a la semiótica del espacio urbano, retoma los planteamientos de Berger y Luckmann sobre la construcción social de la realidad y señala la significación que adquieren las personas, las situaciones y los objetos a través del lenguaje en la vida cotidiana.

Considerando la construcción interactiva entre el entrevistador y el entrevistado, la interpretación se orienta hacia la manera como se concibe el “sujeto individual” propuesto por Habermas (1989), y la manera como se construye el “sujeto social”, al tiempo que construye su acción colectiva mediante procesos como la intersubjetividad (entendida como el terreno comunicativo y de identidad), la organización con sus implicaciones culturales, y la ideología con sus imaginarios colectivos.

El concepto de *acción comunicativa* permite fundamentar el proceso de incorporación e integración al Comité de Defensa Popular, el cual, representa la organización formal de la acción colectiva, es decir, la parte estructurada con sus dirigentes y sus bases.

Para Habermas (1989), la acción comunicativa acontece en el mundo de la vida, donde se constituye la experiencia vital a través de los eventos físicos y los eventos vivenciales, y nos permite reconocer tanto los contenidos semánticos de la cultura como los objetos simbólicos.

El concepto de acción comunicativa se refiere a la interacción de a lo menos dos sujetos capaces de lenguaje y de acción que (ya sea con medios verbales o con medios extra verbales) entablan una relación interpersonal. Los actores buscan entenderse sobre una situación de acción para poder así coordinar de común acuerdo sus planes de acción y con ello sus acciones (p. 124).

En este proceso de integración social basado en la comunicación interpersonal y que implica poner en práctica determinadas normas de comportamiento, los actores o sujetos sociales negocian los términos y símbolos que intercambian, los interpretan y establecen acuerdos. De esta manera, el entendimiento hace posible la coordinación de la acción, es decir, los participantes “reconocen intersubjetivamente las pretensiones de validez con que se presentan unos frente a otros” (Habermas, 1987: 233).

Las *pretensiones de validez* conforman las argumentaciones que sustentan la interrelación de los sujetos que se comunican. “Son los universales constitutivos del diálogo, los que empiezan estableciendo la forma de intersubjetividad entre cualesquiera de los hablantes competentes, capaces de entenderse mutuamente.” (Habermas, 1987: 369).

Berthier (2006) señala que Habermas se opone a considerar el lenguaje como un simple instrumento que permite expresar el pensamiento mediante signos y cuestiona los planteamientos de las teorías positivistas sobre los fundamentos de la razón, que establecen como condición de la verdad que los enunciados hagan referencia a los hechos del mundo, relegando los enunciados sobre los valores y las normas a la irracionalidad, en tanto que sólo reflejan estados de cosas subjetivas y emotivas. Para Berthier, en el lugar de la verdad, Habermas coloca el concepto de *pretensión de validez*, con el que se refiere a los argumentos en los que hay enunciados afirmativos, es decir, para él, las afirmaciones a través del habla no son ni verdaderas ni falsas, sólo pueden ser justificadas o injustificadas. La verdad se establece a partir de las pretensiones de validez, cuando los sujetos establecen consensos acerca de sus experiencias del mundo, acerca de la verdad que bajo esta óptica es intersubjetiva.

Con base en el concepto *pretensión de validez* que desarrolla Habermas, considero necesario incorporar un elemento previo a la acción comunicativa, que permite ubicarnos espacial y temporalmente en su contexto y responder a un *por qué* y un *cómo* del encuentro de los participantes. Este elemento lo he denominado *punto de atracción o encuentro*, que constituye el primer enlace entre los sujetos que se interrelacionan. Un segundo elemento conceptual que he incluido en el esquema es el de *enlace* que permite establecer los puntos donde el sujeto es impactado en el proceso de acción comunicativa y por tanto, atraviesa por una etapa de construcción como sujeto social de la acción colectiva.

En cuanto a la *pretensión de validez*, considero que se presenta en varias dimensiones o espacios vividos por el sujeto, no obstante que la pretensión de validez que se constituye en el discurso, en la intersubjetividad, he agregado la *pretensión de*

validez compartida, que implica cierta redundancia, no obstante me permite distinguirla de lo que podría aparecer como una pretensión de validez ausente, es decir no integrada a la narrativa como tal, pero sugerida por el sujeto durante la entrevista. Después del segundo enlace se presentan referentes identitarios de los transujetos que se inician en su construcción como sujeto social.

En este enlace, el sujeto individual se manifiesta de diversas formas, pero principalmente en lo que Bordieu llama *illusio*, es decir, portador de un interés específico para participar en un campo social, entendido como espacio pluridimensional, donde se define una posición a ocupar en relación a otra u otras dentro del campo.

9 | ORGANIZACIÓN

La comunicación se relaciona además con el proceso de *organización* que llevan a efecto los sujetos, quienes, en medio de su intersubjetividad, interaccionan y se comunican para construir su acción colectiva, finalidad que le da sentido al hecho de estar juntos. La comunicación y la organización como procesos de construcción del sujeto social, se presentan dialécticamente en una dinámica en la que los sujetos para organizarse necesitan comunicarse y para comunicarse de manera colectiva necesitan, estar organizados. Esto me permite afirmar que, en una acción colectiva como el movimiento social, no puede haber organización sin comunicación, ni comunicación sin organización. En esta dinámica ambos procesos ocurren simultáneamente, el proceso organizativo se opone al caos y la incomunicación de los sujetos incorporados a la acción, es por eso que la organización es lo que le da sentido a la unidad para alcanzar un fin común. Los sujetos se valen del lenguaje que los identifica para negociar y ponerse de acuerdo en el papel que cada quien juega dentro de la acción colectiva, por tanto, la organización implica también una lucha de poder entre los miembros, una distribución de posiciones y actividades de participación para orientar y sostener estratégicamente la acción colectiva hasta la consecución de las metas pretendidas y acordadas por los sujetos. La organización establece, entonces, la forma de participación del sujeto dentro de la acción colectiva. Sin embargo, es preciso aclarar que la organización no es la acción colectiva, sino uno de los elementos que permiten la cohesión y consolidación de esta última. Los sujetos pueden organizarse para alcanzar juntos alguna meta, pero no siempre ésta se conseguirá mediante la acción colectiva, en este sentido se puede afirmar que puede haber organización sin acción colectiva, pero no puede haber acción colectiva sin organización. La organización resulta a partir de los vínculos de identidad, interés colectivo e ideológico de los sujetos, lo cual se traduce en cohesión social para la planeación de estrategias que aseguren la vigencia y continuidad de la acción colectiva y sus fines. Es en el seno de la organización donde se llevan a efecto las continuas negociaciones entre los sujetos. Chihu Amparán (2007) en una referencia a Melucci, menciona que “los patrones de liderazgo y las formas organizativas representan

intentos por dar un orden más durable y predecible a estas negociaciones” (p. 131).

Existen por lo menos dos formas diferentes de organización dentro de la acción colectiva, una es la formal, que constituye el núcleo estructurado de la dirigencia y los cuadros que coordinan las acciones o actividades de todos los participantes. En esta forma de organización no sólo se encuentran establecidas las posiciones jerárquicas de los que participan en la acción colectiva y las funciones que a cada cual le corresponden, sino que también se definen las *metas de la acción*, las orientaciones ideológicas, *los medios utilizados*, las reglas y los mecanismos coercitivos de participación. Estos últimos, son ilustrados por Nuñez (1990) con la siguiente expresión: “Si no asistes a tantas juntas o no colaboras con tales o cuales acciones comunitarias, no tienes derecho (o lo tienes en segundo lugar) a gozar de los bienes que se consigan” (p. 92). No obstante que en las dirigencias recae la función de mantener vigentes los aspectos ideológicos, reglamentarios y coercitivos, éstas cumplen básicamente con la acción integradora en el proceso de construcción de la identidad (Ramírez Sáiz, 1990).

La otra forma de organización tiene lugar en las bases y se orienta a diferentes intereses o tendencias de sus participantes, al respecto Picardo (1998) señala que “al interior de los grupos políticos se han visto microintereses llamados corrientes o tendencias, ortodoxia y ortopraxis, pero en realidad son ideologizaciones” (s/p). Estas orientaciones por lo general autogestivas, implican referentes identitarios, de fidelidad o ruptura con la estructura formal y la dirigencia. Las demostraciones de solidaridad se manifiestan como acciones organizadas (al margen de la dirigencia) para la defensa territorial, la autoconstrucción de viviendas y el mejoramiento de los espacios obtenidos.

10 | IDENTIDAD

En cuanto a la identidad, ésta se entiende aquí en términos de colectividad, de relaciones sociales, como un proceso que se lleva a efecto en el marco de las relaciones de poder y en contextos sociales diferentes, por lo que su carácter es relacional y situacional. Es decir, la identidad no es una condición permanente del sujeto, sino un proceso social y cultural cambiante que se construye y se reconstruye cotidianamente. Esto implica que el sujeto es portador de diversas identificaciones, de ahí, que se conciba con una *identidad múltiple*, en la que los elementos identitarios no se yuxtaponen, sino que se integran al sujeto posibilitándolo para su incursión a los círculos de pertenencia que forman parte de su espectro social y cultural. Gilberto Giménez (2003) sostiene que la identidad “no es más que el lado subjetivo (o, mejor, intersubjetivo) de la cultura, la cultura interiorizada en forma específica, distintiva y contrastiva por los actores sociales en relación con otros actores” (p.9). En este sentido, la construcción identitaria de los sujetos parte de la intersubjetividad dialógica en la que acontece la interacción y la comunicación interpersonal.

Además de la *identidad múltiple* integrada al sujeto, se plantea la existencia de

una *identidad colectiva* que permite definir al sujeto social, esta identidad se construye cotidianamente en los grupos o colectivos que forman parte de un contexto cultural determinado. Los elementos identitarios producidos por el entorno, la intersubjetividad y los imaginarios colectivos permiten establecer la diferencia respecto a “otros” sujetos en otros contextos. En este sentido, la identidad colectiva establece fronteras simbólicas con respecto a “los otros”, Giménez (2003), menciona que “la identidad se define primariamente por sus límites y no por el contenido cultural que en un momento determinado marca o fija esos límites.” (p. 1).

En cuanto a la *identidad colectiva* de los Movimientos Urbanos Populares (MUP), Ramírez Saíz (1990) señala que ésta “se forja principalmente en la defensa, rehabilitación y transformación física del entorno urbano y en la lucha política; es decir, en la creación de mejores condiciones materiales de vida y en la formación de una colectividad consciente y movilizada” (p. 12).

En la dimensión cultural de los movimientos sociales identidad e ideología constituyen dos procesos profundamente ligados, a tal grado que asumimos que la primera es moldeada por la segunda.

11 | IDEOLOGÍA

Entendida como una categoría de análisis, la ideología se conceptualiza aquí, sin la intención de profundizar o debatir sobre ésta, sino con la finalidad de encontrar algunos de los aspectos significativos que nos permitan identificarla como categoría cultural.

Una de las grandes diferencias presentes en el uso del término se encuentra en el tránsito de la ideología del mundo de las ideas al que apuntaba Destutt de Tracy, a la ideología del pensamiento y la producción económica, política, social y cultural de la burguesía referida por Marx y que identificaba como “falsa conciencia”. Sin entrar en tantos detalles para una extensa discusión sobre esta categoría, digamos que la ideología como concepto ya sea en la concepción de De Tracy o de Marx tampoco escapa de la dimensión cultural ya sea en el tiempo o espacio en que se le ubique. Lo mismo puede decirse de los planteamientos que al respecto hace Gramsci a través del concepto de *hegemonía*, de Althusser con sus *Aparatos Ideológicos del Estado*, de Bordieu con la *Teoría de la Reproducción Social* y sus conceptos de *habitus* y *campos*, entre otros. La ideología y la cultura se reflejan en las aportaciones de todos ellos.

Picardo (1998) con base en el pensamiento de Ellacuría, menciona que la ideología “en alguna medida siempre está presente por medio de conceptos, símbolos, imágenes, referencias, o discursos; y es aquí donde se encarna el aspecto de ideologización de las ideologías, en el límite del engaño premeditado y evidente” (s/p).

En este estudio, la ideología como categoría de análisis, se utiliza para identificar las posiciones de poder y argumentaciones discursivas de los sujetos sociales de la acción

colectiva con respecto a la parte o partes antagónicas, así como las formas de *ideologización* que pudieran reflejarse en las narrativas. No obstante, este nivel categórico resulta limitado por su referencia binaria entre dominantes y dominados, y por la concepción marxiana que tiende a la interpretación generalizada de “falsa conciencia”.

Sin embargo, la estigmatización del concepto de ideología la mantiene atada a su concepción tradicional. Picardo (1998) propone otra manera de entender la ideología, rescatándola de ese estigma al proponer una ideología desideologizada, transparente, sin ideas distorsionadas que funcione como instrumento ético de discusión al servicio de todos (p. 14). Se trata de una ideología que se pueda adaptar a las nuevas concepciones del mundo actual, romper sus ataduras, su estigmatización para llevarla a otros espacios y situaciones cotidianas del mundo de la vida, desde donde pueda dar cuenta de contextos históricos diferentes y de otras formas de relaciones sociales.

En la perspectiva antropológica de Gómez (2001), la ideología es “un conjunto ordenado con arreglo a patrones inconscientes de creencias inconscientes, elementos todos ellos atravesados por valoraciones”. En este plano, sugiere el autor, es en donde la ideología se asemeja al concepto de *imaginarios sociales*, puesto que éste último se manifiesta en lo simbólico y contribuye en “la percepción ordenadora de la realidad” otorgando sentido a los efectos que se producen discursivamente (p. 201).

Es a través de la noción de los imaginarios sociales, como pueden interpretarse los marcos de representación de la realidad social y la manera como se construye una determinada identidad en el contexto de la vida colectiva y su cotidianidad.

“Los imaginarios sociales producen valores, las apreciaciones, los gustos, los ideales y las conductas de las personas que conforman una cultura. El imaginario será entendido a su vez como efecto de una compleja red de relaciones entre discursos y prácticas sociales que interactúan con las individualidades” (Cassián, Escobar, et.al., 2006: 24). En el análisis del sujeto social de la acción colectiva, el imaginario permite dar cuenta de la manera como se concibe la realidad social, desde las posiciones que ocupan dentro de la acción, las semejanzas y diferencias identitarias. Magariños de Morentín (En Cassián, Escobar, et.al., 2006) define el imaginario como “todo aquello de lo que se habla en la comunidad, en la medida y según el modo en que se habla de ello” (p. 197), esto implica el modo en que a partir de la realidad social se manifiestan en la narrativa, los ideales, las utopías, las añoranzas como certezas que habitan en el imaginario social del sujeto.

El concepto de ideología en el estudio de los movimientos sociales ha sido abordado con importantes contribuciones por parte de Touraine (1995) y Melucci (1996). El primero plantea que, en un movimiento social, la ideología tiene lugar cuando el actor se define a sí mismo (principio de identidad), identifica al adversario (principio de oposición) y sabe cuál es la razón y el objetivo del movimiento (principio de totalidad). Melucci, con base en los planteamientos de Touraine concibe la ideología como el “marco” donde se desarrollan los simbolismos y mediante la cual se logra la integración del movimiento y la conformación de

estrategias (Chihu Amparán y López Gallegos, 2007: 144-148).

Hasta aquí se han presentado con base en algunas fundamentaciones teóricas, las cuatro categorías que nos permiten analizar la construcción del sujeto social y comprender la dinámica y complejidad del movimiento urbano popular. En esta perspectiva, concebimos estas categorías como procesos que forman parte de un sistema sociocultural abierto. Al respecto, Melucci (En Chihu, 2000: 89) asume que la acción colectiva es un *sistema de acción*. Según Rodríguez Delgado (En Moriello, 2006) todos los sistemas están circundados o envueltos por cierto entorno, ambiente o contexto. Asimismo, un entorno global puede separarse en “próximo” o “lejano”. El *entorno próximo* puede influir en el sistema y ser influenciado por él, en cambio el *entorno lejano* es inaccesible al sistema, pero puede influir en él. Para poder nombrar a esta dinámica en la que fluyen recíprocamente los procesos y componentes entre sí, y entre el sistema y el entorno la he denominado *endosinosis*¹.

12 | ENDOSINOSIS O EL MOVIMIENTO SOCIAL COMO SISTEMA

Independientemente de su conceptualización compleja, la acción colectiva requiere la existencia de sujetos o individuos agrupados con cierta organización y espacios físicos donde se realiza, aspectos ya referidos en la teoría de la movilización de recursos. Sin embargo, en sí misma, la acción colectiva, en cierto nivel no es un entorno, sino lo que acontece en él, por lo tanto, ese entorno al contener a la acción colectiva como un sistema abierto se nutre de los procesos que emana ese sistema y éste a su vez de los elementos del entorno, esto lo constituye como entorno endosinótico, es decir, la unidad del sistema y el entorno próximo, en palabras de Moriello (2005), donde se establece el “diálogo”, en este caso conceptual de procesos y elementos que interioriza el sujeto social de la acción y que en cierta medida también puede denominarse *entorno cultural de la acción colectiva*.

El entorno endosinótico no está delimitado espacialmente de manera regular, porque la acción se desarrolla físicamente en espacios concretos que varían constantemente. En este entorno también se desplazan los sujetos, éstos son personas impactadas por los elementos culturales que corresponden a los diversos procesos de la acción colectiva, es decir, del sistema definido conceptualmente y que da lugar a la construcción del sujeto social al tiempo que éste permite la renovación de los procesos y categorías que corresponden a la acción. En este sentido, Melucci (En Chihu, 2000: 89) es reiterativo a lo largo de su obra, en tres aspectos que permiten la constitución del sujeto social: las relaciones de solidaridad, organización y una cultura compartida, aspectos que forman parte de la acción

1 ENDOSINOSIS (del griego: endo - 'dentro de', 'interno'/ sýn - 'con', 'unión' / ò-sis - 'proceso'. Que significa: “Unión interna de procesos”). El término se refiere a diferentes procesos que, siendo independientes conceptualmente, se convierten en procesos estrechamente vinculados, afectándose unos a otros, al estar integrados a un entorno social o cultural en cierta medida autónomo, pero a la vez abierto a un entorno o varios entornos mayores que lo contienen. En el caso de la construcción cultural del sujeto de una acción colectiva, los procesos endosinóticos constituidos por la comunicación, la organización, la identidad y la ideología que impactan en el sujeto y son interiorizados por éste, se encuentran integrados a un entorno cultural: la acción colectiva, la cual, a su vez se encuentra inmersa y abierta a su entorno urbano: la ciudad.

colectiva como sistema. A este sistema lo denomina *de acción multipolar*, el cual se organiza mediante tres ejes: *los fines, los medios y el ambiente*. Estos actúan como un conjunto de vectores interdependientes y en mutua tensión, estableciendo respectivamente, el sentido de la acción para el sujeto social, sus posibilidades y límites, y el campo en el que se desarrolla la acción.

Entiendo que la dinámica de estos vectores se activa mediante los diversos procesos culturales producidos por el propio sujeto social de la acción. A través de la comunicación y las afinidades ideológicas e identitarias se define el sentido que tiene la acción para el sujeto social, proyectándola en un imaginario colectivo que da lugar a su participación en los procesos organizativos, donde se identifican los medios, los recursos y su movilización, así como las estrategias de acuerdo a las “posibilidades y límites de la acción”. El ambiente o campo en el que se desarrolla la acción colectiva corresponde físicamente a todos los espacios contenidos en el entorno endosinótico, donde -como ya he mencionado-, los procesos culturales establecen una serie de relaciones simbióticas, en las que un proceso no sólo influye en el otro, sino que forma parte de sus referentes conceptuales, no obstante que fuera de ese entorno cada uno de esos procesos (comunicación, organización, ideología e identidad) pueda ser definido independientemente.

La endosinosis implica en cierta medida el concepto planteado por Melucci de “sistema de acción multipolar”, en el que los procesos y elementos culturales se encuentran interrelacionados, sin embargo, al incluir *el ambiente*, Melucci sugiere al sistema como un entorno en sí mismo. En esta perspectiva, es posible ubicarnos en otro nivel de análisis, o en tal caso, abordar esta idea a partir de la categoría de entorno endosinótico, en la que el sistema de acción multipolar quedaría incluido, toda vez que en la perspectiva de Melucci, la acción colectiva se concibe como un sistema abierto y por tanto, el ambiente sería el eje que nos permite entender a la acción colectiva como un sistema que traspasa sus límites y se vincula con su entorno.

El proceso de construcción como acción colectiva, del movimiento de asentamientos urbanos forzados del CDP, presenta tres etapas históricas, que dan lugar a dos formas de construcción del sujeto social y en ambas, se lleva a cabo la endosinosis. La primera etapa se localiza en su nacimiento, la segunda en su desarrollo y la tercera en su transformación de “movimiento social” a partido político lo que implica su desaparición como movimiento urbano popular. Debido a que el sujeto social presenta dos vías de construcción diferidas en el tiempo y en cierto modo con referentes políticos, ideológicos y culturales diferentes, se puede decir que hablamos de dos tipos de sujeto social en parte fusionados y en parte yuxtapuestos, lo que complejiza su definición y por tanto su identidad colectiva. Inicialmente, el sujeto social surge con la acción colectiva y posee una formación política e ideológica previa. En la segunda etapa, el transujeto se construye como sujeto social mediante un proceso endosinótico diferente. Finalmente, el sujeto social del movimiento de asentamientos urbanos forzados del CDP, se disgrega y regresa a su estado de transujeto,

con elementos identitarios que comparte en su vida comunitaria como integrante de una colonia cedepista.

REFERENCIAS

BALLESTEROS Panizo, M. (2011). **Pensamiento complejo y estudio de la comunicación.** *Phonica*, Vol 7.

BERTHIER, A. (2006). Jürgen Habermas: **El Giro Lingüístico de la sociología y la Teoría Consensual de la Verdad.** *Revista Observaciones Filosóficas*, N° 3.

CASSIÁN, Nizaiá; Ma. G. Escobar, et.al. (2006). **Imaginario social: una aproximación desde la obra de Michel Maffesoli.** *Athenea Digital*, No. 9, Universidad Autónoma de Barcelona.

CASTELLS, M. (1983: de la ed. 1972). **La cuestión urbana.** México: Siglo XXI.

CASTELLS, M. (2001). **La Era de la Información. Economía, Sociedad y Cultura Vol. II. El Poder de la Identidad.** México: Siglo XXI Edit., 3ª. ed. en español.

CHIHU Amparán, A. y A. López Gallegos (2007). **La construcción de la identidad colectiva en Alberto Melucci.** *Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial*, primer semestre, año/vol. 3, número 001, México: UAM-Ixtapalapa.

CHIHU Amparán, A. (2000, Diciembre). **Melucci: La teoría de la acción colectiva.** *Revista Argumentos* No. 37.

ESPINO DEL CASTILLO Barrón, M. (2007) **El dialogismo, espacio de constitución de la intersubjetividad.** *Revista Regional de Investigación Educativa.*

FREIRE, P. (1983). **La pedagogía del oprimido.** México: Siglo XXI.

GIMÉNEZ G. (2003). **La cultura como identidad y la identidad como cultura.** Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, P. 9. En *Estudios Culturales made in USA*, <http://estudioscultura.wordpress.com/about/> [Accedido en julio 2012]

GÓMEZ, P. (2001, Febrero). **Imaginario sociales y análisis semiótico. Una aproximación a la construcción narrativa de la realidad.** *Cuadernos*, No. 17, Argentina: Universidad de Jujuy.

HABERMAS, J. (1989) **Teoría de la acción comunicativa I. Racionalidad de la acción y nacionalización social.** Argentina: Taurus.

HABERMAS, J. (1987). **Teoría de la acción comunicativa II.** Madrid, España: Taurus.

LAU, R. y V. M. Quintana Silveyra (1991). **Movimientos Populares en Chihuahua.** México: UACJ.

LOSADA, F. (2001, Febrero). **El espacio vivido. Una aproximación semiótica.** *Cuadernos*, No. 17, Argentina: Universidad de Jujuy.

MELUCCI, A. (1999). **Teoría de la acción colectiva**. En *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México.

MORIELLO, S. (2006). **La relación con el entorno es la base de los sistemas complejos**. En: <http://www.tendencias21.net>

NUÑEZ, O. (1990). **Innovaciones democrático-culturales del movimiento urbano popular**. México: UAM-A.

PEIRCE, Ch. (1965-1966) **Collected papers Vol. I-VIII**. Harvard University: Belknap Press.

PICARDO Joao, O. (1998, Noviembre-diciembre). **Ideología y desideologización: aproximación al concepto**. *Revista Theorethikos*, año 001, No. 006, Universidad Francisco Gavidia, <http://www.ufg.edu.sv/ufg/theorethikos/Noviembre98/ideologia.html>. [Accedido en agosto de 2012]

RAMÍREZ Sáiz, J. M. (1986). **El Movimiento Urbano Popular en México**. México: UNAM-IIS, Siglo XXI.

RAMÍREZ Sáiz, J.M. (1990, Julio-Sept). **Identidad en el movimiento urbano popular**. *Ciudades*, No. 7, Puebla.

RIZO García, M. (2007). **Alfred Schütz y la teoría de la comunicación**. Reflexiones desde la comunicología posible. *Question Revista especializada en periodismo y comunicación*, Vol. 1, No. 15. Argentina: UNLP.

RODRÍGUEZ Mancilla, D. (2004). **Organizaciones para la modernización**. México: Universidad Iberoamericana/Colección Teoría Social.

TOURAINÉ, A. (1993) **Crítica de la modernidad**. Madrid: Ed. Temas de hoy.

VIDALES González, C. (2009, enero-junio). **La relación entre la semiótica y los estudios de la comunicación**: un diálogo por construir. *Nueva Época*, No. 11.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 1, 21, 22, 24, 26, 27, 28

C

Cannabis 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 63, 68

Criminalização 21, 22, 25, 28

Cuidado 24, 53, 78, 80, 84, 105, 121

D

Demarcação 90, 91, 92, 93, 97, 98

Doutrina 29, 114, 115

E

Educação 23, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 110, 111, 112, 113, 121

Educação indígena 97, 98

Enfermagem 78, 79, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89

Escolas indígenas 90, 93, 94, 95, 96, 98

Estado 2, 3, 4, 6, 15, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 41, 45, 47, 48, 50, 53, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 66, 90, 93, 95, 117

F

Fronteira 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

H

Higiene 78, 79, 84, 87, 89

I

Identidade 1, 21, 23, 28, 77, 101, 102, 107, 112

llegalismos 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69

Informalidade 58, 63, 64

J

Juventude 68, 101, 102, 103, 109, 110, 112

M

Medidas socioeducativas 78, 79, 80, 81

Mercados ilegais 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Metodologia de ensino 99, 112

Movimentos sociais 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29

P

Projeto de extensão 99, 100, 108, 110, 121

Q

Qualidade de vida 24, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 88, 89

R

Reconhecimento 90, 91, 92, 93, 94, 97, 100, 110

Religião 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

Rock 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

S

Sociologia da religião 113, 114, 115, 119, 120

Solidariedade 28, 78, 80, 88, 115

T

Território 29, 58, 61, 62, 65, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 102

Trabalho 1, 21, 22, 25, 30, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 91, 100, 110, 116, 119, 121

Transporte 49, 58, 60, 66, 67, 69, 74

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

